

Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros, 2024

Sumário Executivo

- O IPar Partidário-eleitoral mede o vínculo dos cidadãos com as instituições eleitorais e partidárias na esfera municipal examinando três variáveis: i) comparecimento eleitoral, ii) alistamento jovem (indivíduos de 16 e 17 anos que tiram seu título eleitoral voluntariamente) e iii) filiação partidária.
- O comparecimento às urnas é um fenômeno de massa consolidado no Brasil: a maior parte dos municípios brasileiros registra presença entre 80% e 90%. Como o custo da abstenção é relativamente baixo e sua justificativa é acessível, a obrigatoriedade do voto não explica, isoladamente, essa elevada adesão.
- O alistamento jovem e a filiação partidária operam em patamares menores. A filiação partidária concentra-se entre 10% e 20% do eleitorado nos municípios, embora existam casos excepcionais, próximos de 50%; o alistamento eleitoral de jovens situa-se, em geral, entre 5% e 15%.
- Existe uma associação moderada entre as três variáveis. Municípios com maiores taxas de comparecimento eleitoral tendem moderadamente a apresentar maiores proporções de cidadãos filiados a partidos e de jovens voluntariamente alistados. A associação mais fraca é entre

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

filiação partidária e alistamento juvenil, sugerindo que essas duas formas de participação voluntária estão relacionadas a dinâmicas locais distintas. Sugestão confirmada no estudo.

- A filiação partidária tende a ser mais elevada à medida que aumenta o IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal), conforme esperado. Porém, municípios com menor desenvolvimento apresentam, em média, maior comparecimento eleitoral e alistamento jovem.
- Na análise decomposta do IFDM, Emprego e Renda são os componentes com associações mais intensas: apresentam associação positiva com filiação partidária, mas negativa com comparecimento e alistamento jovem.
- A dimensão mais importante não é o desenvolvimento socioeconômico, mas a urbanização e o porte populacional. Ambos exibem associação inversa com as três variáveis do IPar Partidário-eleitoral: cidades mais urbanizadas e populosas registram, proporcionalmente, menos comparecimento eleitoral, filiação partidária e alistamento jovem.
- Para examinar a dinâmica comum às três variáveis, foi criado um Índice da participação (IPar) Partidário-eleitoral (análise de componentes principais) que explica 55,83% da variação e capta uma tendência comum. O IPar confirma que parte significativa da filiação partidária e alistamento escapa dessa tendência comum e seguem dinâmicas locais opostas.
- Territorialmente, o índice revela que a participação partidário eleitoral é mais elevada em cidades pequenas, do interior e menos urbanizadas, e cai à medida que a população e a urbanização aumentam.
- As regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam um padrão desmobilizador homogêneo, com desempenhos estaduais no índice sistematicamente abaixo da média nacional.
- A Região Norte é o bloco regional com maior participação partidário eleitoral (conforme média no índice), enquanto a região Nordeste combina estados acima da média com Estados próximos da média.
- No modelo multinível, que considera a variação estadual e municipal e explica 73,09% da variação total do índice, o porte populacional é de maior magnitude e impacto positivo sobre a participação

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

partidário-eleitoral. Em relação aos municípios de 100 mil habitantes, cidades de até 5 mil habitantes apresentam acréscimo estimado de 32,15 pontos no índice, enquanto municípios com mais de 500 mil habitantes registram redução de 3,46 pontos. A urbanização exerce efeito negativo. Entre os componentes do IFDM, apenas Educação apresenta associação positiva e estatisticamente significativa, ao passo que Saúde e Emprego e Renda perdem significância quando controladas as diferenças estaduais.

- Os resultados descrevem associações observadas para o ano de 2024. A aplicação do índice em novos ciclos eleitorais permitirá distinguir padrões estruturais de variações conjunturais.

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

Resumo técnico

O IPar Municípios – Partidário-Eleitoral foi concebido pelo Observatório Participa (OPar), no âmbito do INCT Participa, para produzir um diagnóstico da participação partidário-eleitoral nos municípios brasileiros. A medida reúne três indicadores: comparecimento eleitoral, alistamento eleitoral não obrigatório de jovens de 16 e 17 anos e filiação partidária.

O índice foi construído com dados do Tribunal Superior Eleitoral referentes a 2024. Para o cálculo da taxa de alistamento eleitoral não obrigatório, utilizou-se como denominador uma estimativa da população municipal de 16 e 17 anos, obtida por meio de projeção dos dados do Censo Demográfico de 2022.

Essa nota apresenta sinteticamente os resultados do índice e analisa sua relação com diferentes características socioeconômicas, demográficas e territoriais dos municípios: o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) 2022, tanto em sua medida geral quanto em suas dimensões desagregadas (Educação, Saúde e Emprego e Renda); a taxa de urbanização; as sete faixas de porte populacional definidas a partir do Censo 2022; a hierarquia urbana da REGIC (Regiões de Influência das Cidades) 2018; e os efeitos associados às Unidades da Federação.

Os resultados mostraram que o comparecimento eleitoral e o alistamento juvenil tendem a ser mais elevados em municípios com menores níveis de desenvolvimento, enquanto a filiação partidária apresenta tendência inversa, aumentando à medida que se eleva o IFDM. Os três indicadores do IPar Partidário-eleitoral apresentam níveis proporcionalmente menores em municípios mais urbanizados, mais populosos e situados em posições superiores da hierarquia urbana. Territorialmente, o IPar tende a alcançar valores mais altos em municípios pequenos, menos urbanizados e de menor centralidade, sobretudo no interior e em áreas do Norte e do Nordeste. Em contraste, os estados do Sudeste registram níveis relativamente mais baixos de participação partidário-eleitoral.

O IPar Partidário-eleitoral concentra-se em uma dimensão específica da participação e, portanto, não pretende mensurar a participação política em toda a sua abrangência, tampouco avaliar a qualidade da democracia nos municípios. Seu propósito é possibilitar comparações no que diz respeito à

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

forma como os indivíduos se engajam com a democracia representativa nos municípios, estabelecer uma linha de base para o acompanhamento de sua evolução ao longo do tempo e subsidiar a formulação de hipóteses sobre as características municipais associadas à participação partidário-eleitoral.

O relatório completo intitulado “O estado da participação partidário-eleitoral nos municípios brasileiros”, com os resultados detalhados e as informações metodológicas pertinentes pode ser consultado aqui. Os resultados comparativos por município podem ser consultados no hotsite [IPar Eleitoral](#). Informações metodológicas sintéticas estão disponíveis no final desta Nota Técnica.

Introdução

As eleições são fundamentais para a democracia, pois constituem um dos principais instrumentos de autorização e controle dos governantes. Os partidos políticos, por sua vez, estruturam os mecanismos de representação política e de competição pelo poder. Ao mesmo tempo, em diferentes partes do mundo, partidos políticos e processos eleitorais têm sido alvo de questionamentos quanto à sua capacidade de representar a diversidade social e sustentar a legitimidade das instituições democráticas.

Esse contexto tem conferido particular importância aos estudos que buscam compreender como cidadãos e cidadãs se vinculam a essas instituições. Frequentemente, tais estudos tomam os comportamentos individuais como unidade de análise e se estruturam a partir de questões como: quais são as preferências eleitorais e de políticas públicas dos indivíduos, qual é o seu nível de confiança nas instituições democráticas, entre outras.

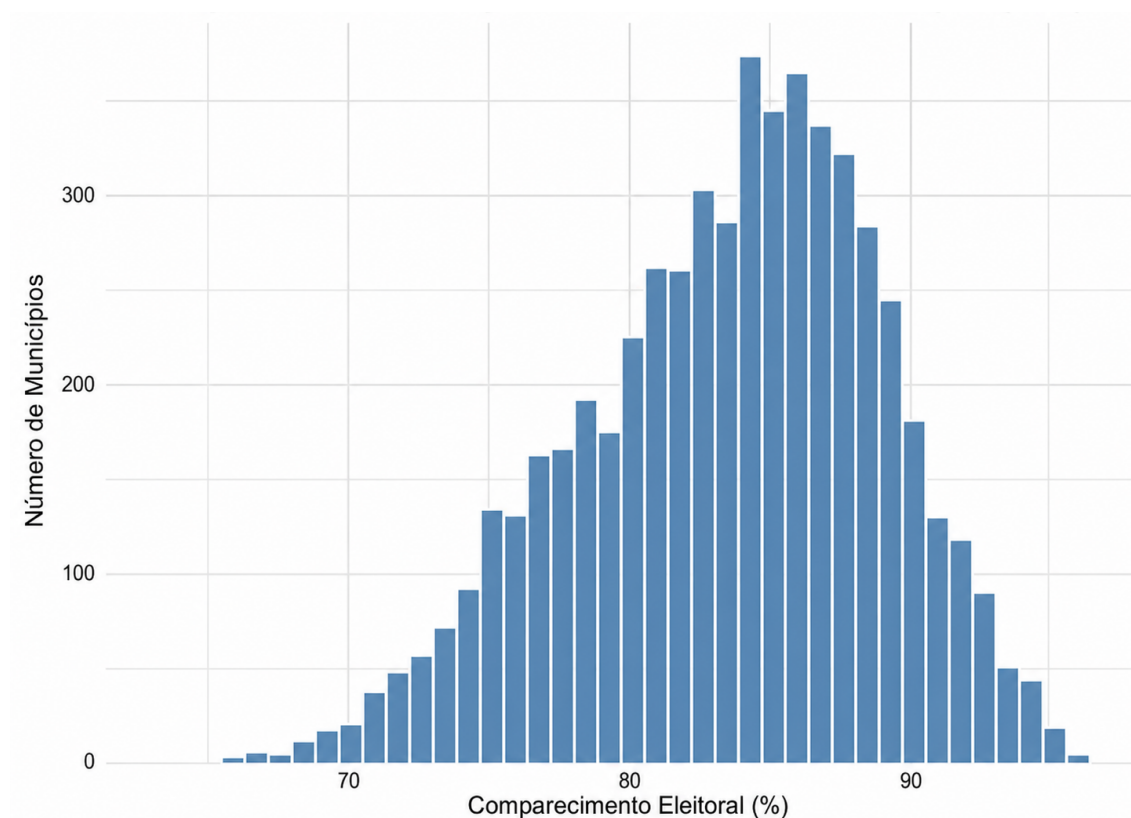
Em contraste com esses estudos, o IPar Municípios – Partidário-Eleitoral adota como foco os municípios, o que permite explorar como o engajamento partidário-eleitoral se distribui e varia pelo território nacional e como ele está associado a fatores socioeconômicos, demográficos e regionais.

Resultados

Distribuição das modalidades de participação

Como mostra a figura abaixo, o comparecimento às urnas constitui um fenômeno de massa amplamente consolidado nos municípios brasileiros, com a maioria das cidades registrando taxas de presença eleitoral entre 80% e 90%. Embora o caráter obrigatório do voto contribua para esse resultado, ele não é suficiente para explicá-lo integralmente, já que as sanções decorrentes da abstenção são relativamente baixas e a ausência pode ser justificada por procedimentos simples e acessíveis.

Figura 1: Distribuição do nível de comparecimento nos municípios



Elaboração: OPar com base nos dados do TSE (2024).

Em contraste com o comparecimento eleitoral, as modalidades estritamente voluntárias de participação operam em patamares mais baixos (Figuras 2 e 3): a filiação partidária concentra-se predominantemente entre 10% e 20% do eleitorado, embora alguns municípios alcancem taxas próximas

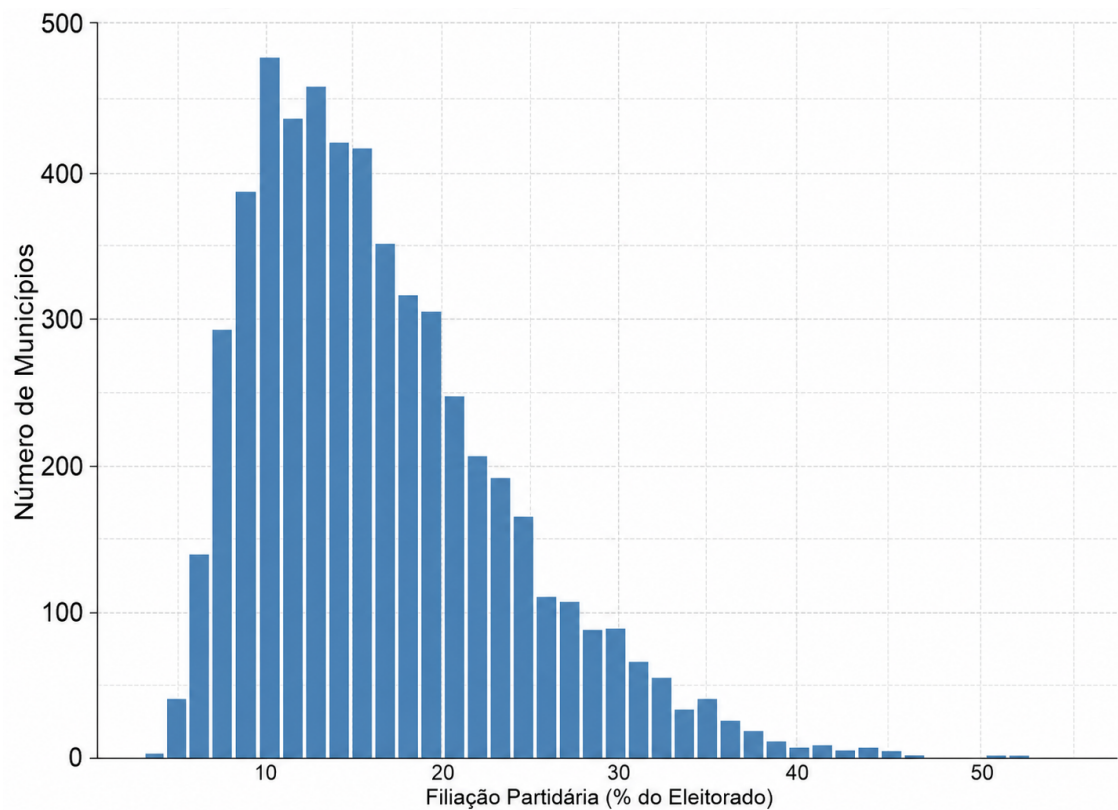
ou superiores a 50%; o alistamento eleitoral de jovens de 16 e 17 anos se situa majoritariamente entre 5% e 15%.

Mais detalhadamente, em 64,3% das cidades, a presença nas urnas situa-se entre 80% e 90% do eleitorado, com média nacional de 83,53% e mediana de 84,17%. Taxas inferiores a 70% ocorrem em apenas 0,9% dos municípios e o menor valor observado corresponde a 63,40%.

A filiação partidária concentra-se entre 10% e 20% do eleitorado em 55,2% dos municípios, com média nacional de 16,70% e mediana de 15,26%, embora existam casos excepcionais que ultrapassam 50%.

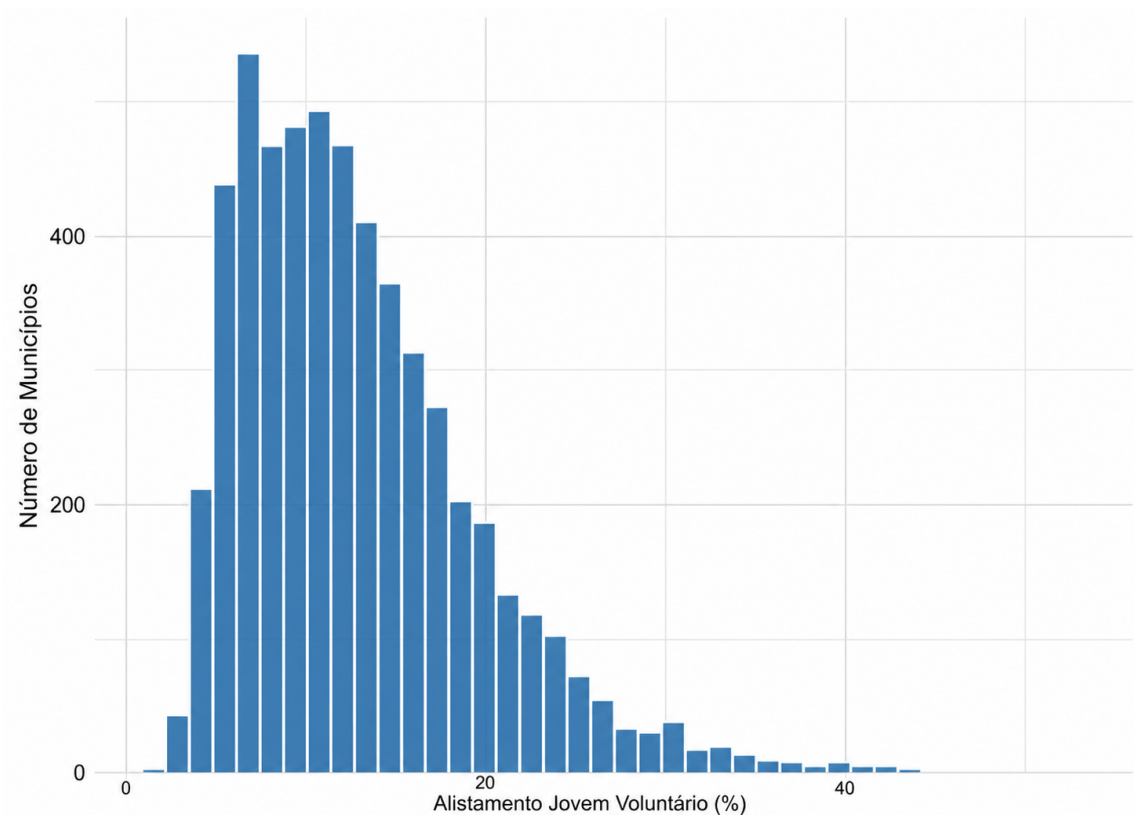
Quanto ao alistamento eleitoral não obrigatório, 86,4% dos municípios registram taxas inferiores a 20%, com média de 12,93% e mediana de 11,71%. A principal concentração ocorre entre 5% e 15%, faixa que reúne 63,2% das cidades, enquanto o maior valor observado alcança 52,76%.

Figura 2: Distribuição da taxa de filiação em 2024



Elaboração: OPar com base nos dados do TSE (2024).

Figura 3: Distribuição da taxa de alistamento não obrigatório em 2024



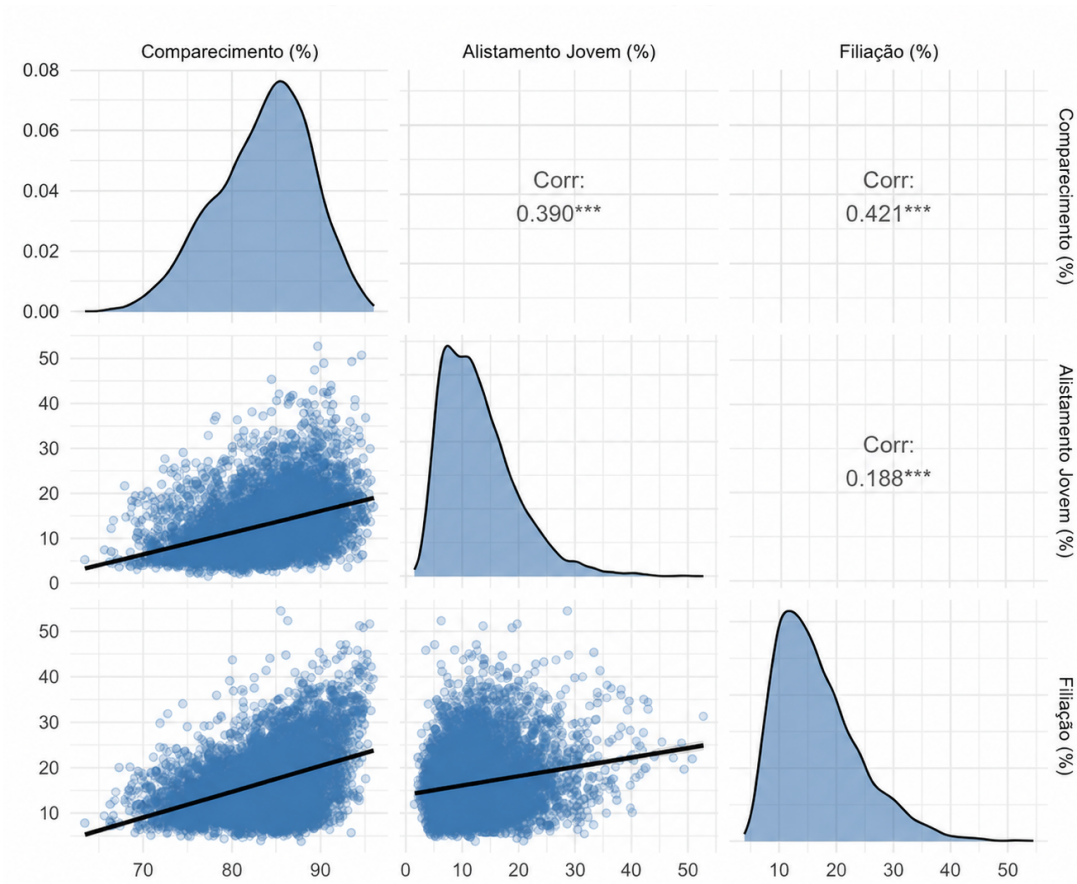
Elaboração: OPar com base nos dados do TSE (2024).

Como será mostrado mais à frente, as três modalidades de participação variam de forma sistemática entre os diferentes contextos municipais.

Associação entre as três dimensões

Como mostra a Figura 4, as três dimensões que compõem o IPar Partidário-eleitoral estão positiva e estatisticamente associadas, ainda que com diferentes intensidades. A associação entre comparecimento eleitoral e filiação partidária é moderada, com correlação de 0,421 , assim como a associação entre comparecimento e alistamento jovem, que alcança 0,390. Já a relação entre filiação partidária e alistamento jovem é positiva, porém mais fraca, com correlação de 0,188. Isso significa que municípios com maiores taxas de comparecimento eleitoral tendem também a apresentar maiores proporções de cidadãos filiados a partidos e de jovens voluntariamente alistados. A associação mais fraca entre filiação e alistamento, contudo, indica que essas duas modalidades voluntárias respondem a dinâmicas locais parcialmente distintas.

Figura 4: Associação entre as variáveis



Elaboração: OPar com base nos dados do TSE (2024).

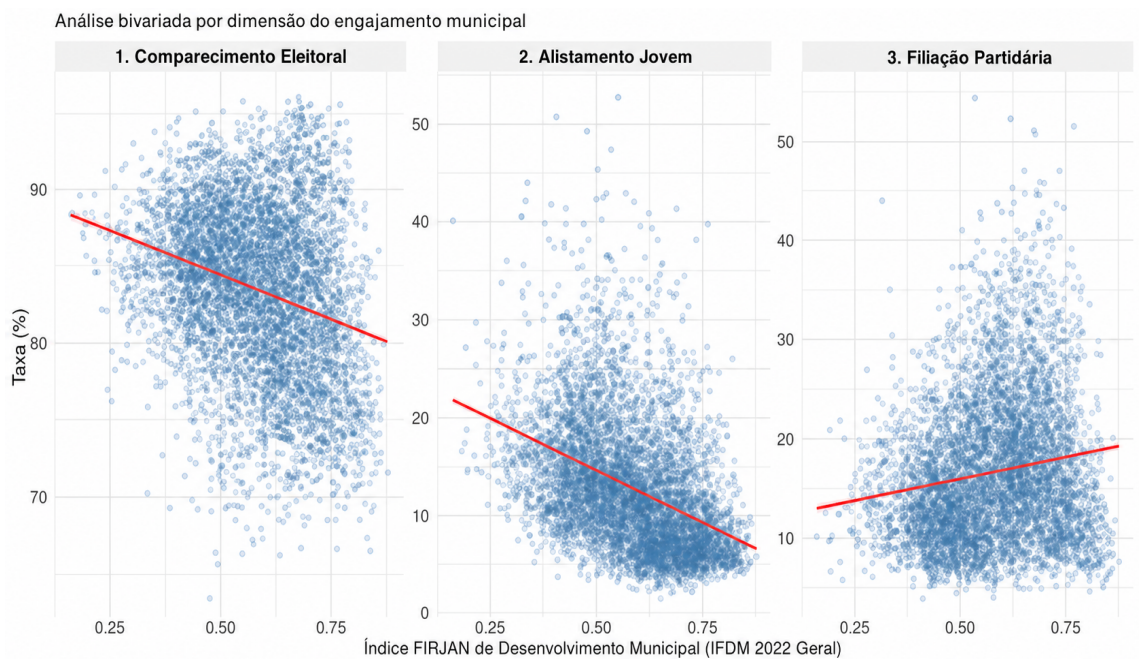
Desenvolvimento municipal e participação partidário-eleitoral

Esta seção examina como o desenvolvimento municipal se associa às três modalidades que compõem o IPar Municípios – Partidário-eleitoral: comparecimento eleitoral, alistamento eleitoral não obrigatório de jovens e filiação partidária. Para isso, analisa-se, inicialmente, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2022 em sua medida geral e, em seguida, procedemos à análise desagregada pelos seus três componentes: Educação, Saúde e Emprego e Renda.

Os resultados, expostos na Figura 6, mostram que a associação do IFDM não é uniforme com os três indicadores do IPar. O comparecimento eleitoral apresenta uma associação negativa, embora fraca, com o IFDM Geral: quanto maior o nível de desenvolvimento municipal, menor tende a ser a proporção de eleitores que comparecem às urnas. O alistamento eleitoral não obrigatório de jovens também diminui conforme o IFDM se eleva, mas essa relação inversa é mais acentuada. A filiação partidária, em contraste, apresenta associação positiva, ainda que fraca. Municípios com níveis mais elevados de desenvolvimento tendem a registrar maiores proporções de eleitores formalmente filiados a partidos.

Esses resultados indicam que o desenvolvimento municipal se relaciona de maneiras distintas com as modalidades de participação analisadas. Enquanto o comparecimento e o alistamento jovem são proporcionalmente mais elevados em municípios com menor IFDM, a filiação partidária tende a crescer nos municípios com níveis mais altos de desenvolvimento.

Figura 6: Associação entre desenvolvimento municipal (IFDM 2022) e participação partidário-eleitoral



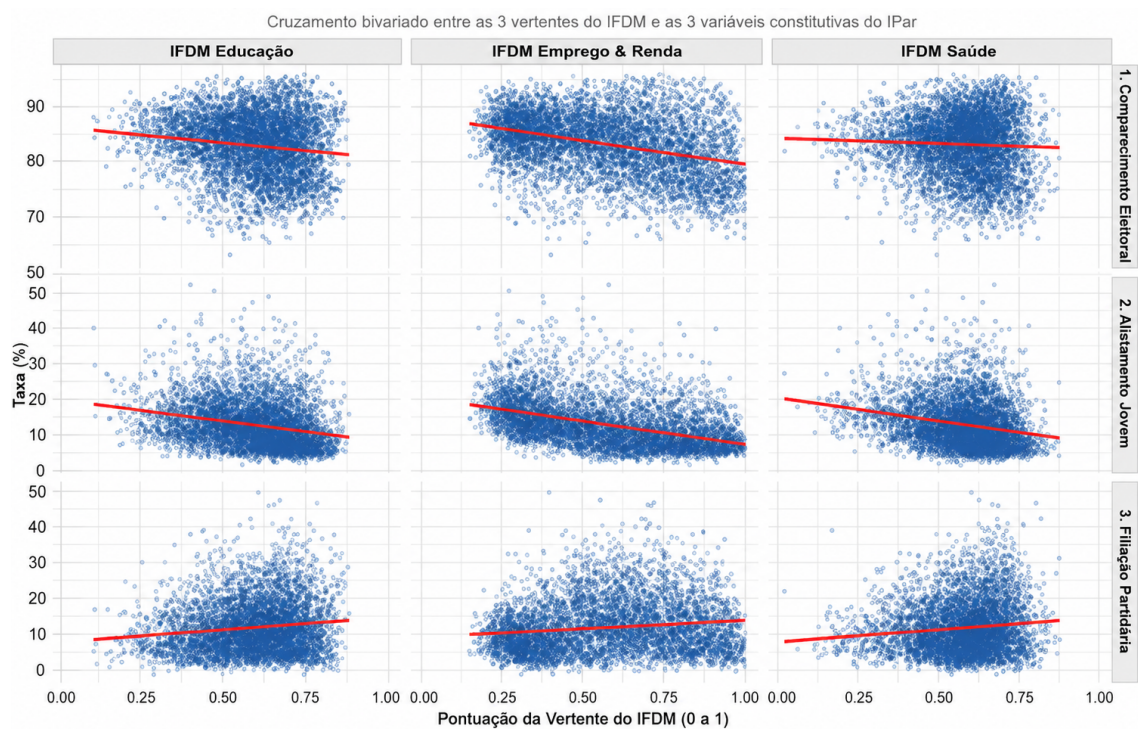
Elaboração: OPar com base nos dados do TSE (2024) e IFDM (2022).

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

A decomposição do IFDM permite identificar quais dimensões do desenvolvimento municipal apresentam associações mais expressivas com a participação partidário-eleitoral. Como mostra a Figura 7, a Educação possui associação negativa fraca com o comparecimento eleitoral e o alistamento jovem; e associação positiva fraca com a filiação partidária. Assim, municípios com melhores indicadores educacionais tendem a apresentar proporções ligeiramente menores de comparecimento e alistamento não obrigatório, mas níveis um pouco mais elevados de filiação partidária. A Saúde apresenta padrão semelhante. Sua associação com o alistamento jovem é negativa e fraca, enquanto a relação com o comparecimento eleitoral é negativa, mas praticamente nula. Em contrapartida, os indicadores de Saúde apresentam associação positiva fraca com a filiação partidária.

O indicador de Emprego e Renda é o que apresenta as associações mais intensas com o comparecimento eleitoral e o alistamento jovem. Ambos diminuem à medida que melhoram os indicadores municipais de emprego formal e geração de renda, configurando relações negativas de intensidade moderada. A filiação partidária, por sua vez, mantém associação positiva e fraca com esse indicador. Dessa forma, municípios com melhores indicadores de Emprego e Renda tendem a registrar menor comparecimento e menor alistamento jovem, mas proporções mais elevadas de filiação partidária.

Figura 7: Componentes do IFDM 2022 e participação partidário-eleitoral



Elaboração: OPar com base nos dados do TSE (2024) e IFDM (2022).

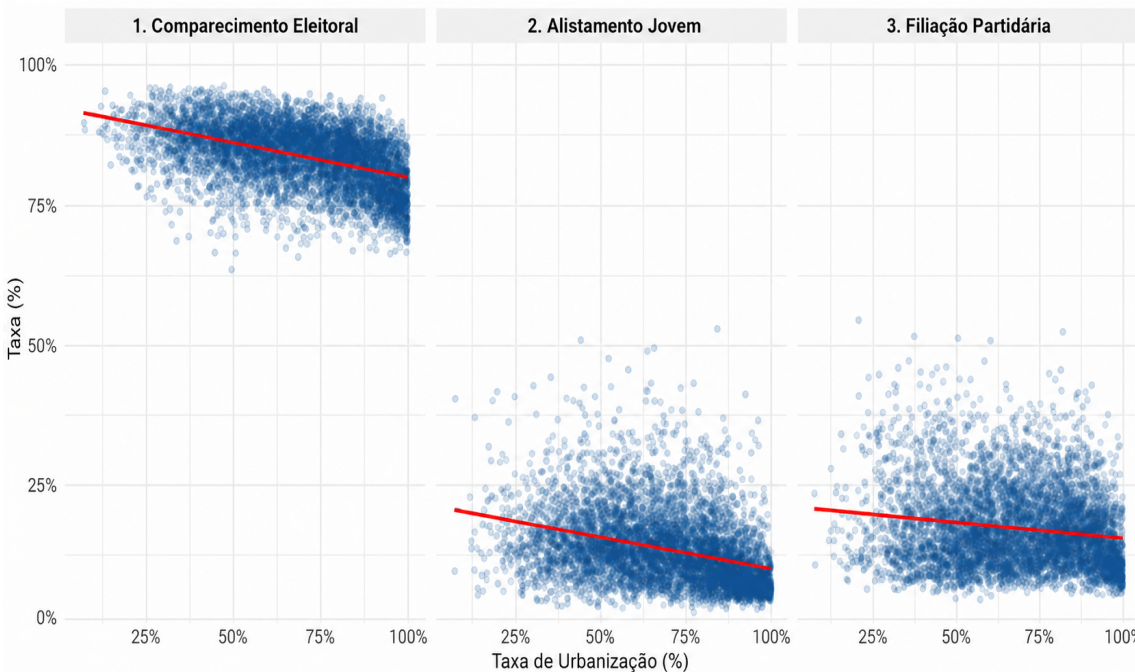
Em conjunto, os resultados mostram que os componentes do desenvolvimento municipal não se relacionam de maneira homogênea com as diferentes formas de engajamento aqui analisadas. Educação, Saúde e Emprego e Renda apresentam, em geral, relações negativas com o comparecimento e o alistamento jovem e positivas com a filiação partidária, embora a direção e a intensidade dessas associações variem entre os componentes.

Urbanização, porte populacional e rede urbana

As Figuras 8, 9 e 10 identificam um padrão sistemático de redução da participação partidário-eleitoral à medida que aumentam a urbanização, o porte populacional (segundo as sete faixas do IBGE) e a posição dos municípios na hierarquia e na rede urbana estabelecida pela REGIC 2018. Municípios mais urbanizados, mais populosos e situados em posições superiores da rede urbana apresentam, proporcionalmente, menores taxas de comparecimento eleitoral, filiação partidária e alistamento jovem.

Em primeiro lugar, a Figura 8 apresenta a relação entre a taxa de urbanização dos municípios e as três modalidades de participação que compõem o IPar. O gráfico está organizado em três painéis: comparecimento eleitoral, alistamento jovem e filiação partidária. Em todos eles, as linhas de regressão apontam para uma relação inversa entre urbanização e participação.

Figura 8: Associação entre urbanização e participação partidário-eleitoral



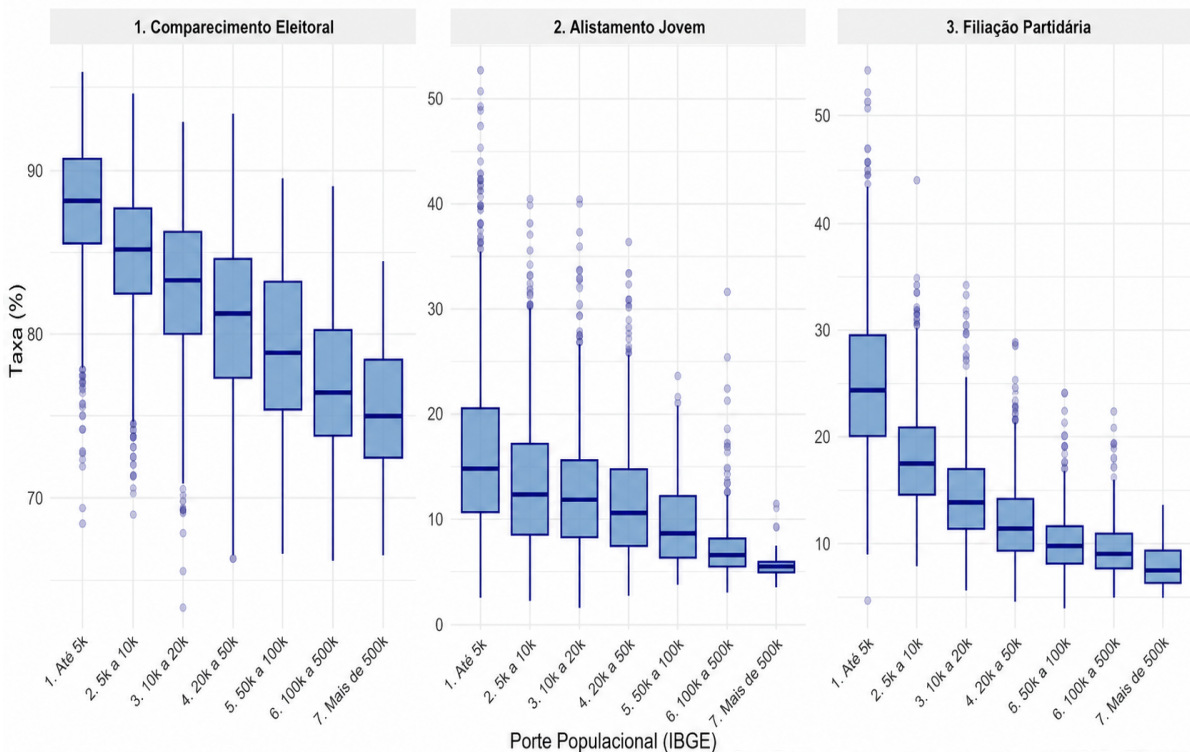
Elaboração: OPar com base nos dados do Censo 2022 (IBGE) e TSE (2024).

A relação negativa é mais acentuada no comparecimento eleitoral e no alistamento não obrigatório de jovens. Nas cidades com maiores taxas de urbanização, a presença proporcional dos cidadãos nas urnas e a emissão

voluntária do título eleitoral por jovens de 16 e 17 anos tendem a diminuir. A filiação partidária também apresenta redução nos municípios mais urbanizados, embora essa associação seja mais fraca do que as observadas nas outras duas modalidades.

O porte populacional reproduz o mesmo padrão. A Figura 9 distribui os municípios segundo as sete faixas oficiais do IBGE, que variam de cidades com até 5 mil habitantes a cidades com mais de 500 mil habitantes. Os diagramas de caixa permitem comparar a distribuição e a mediana das três taxas em cada faixa populacional.

Figura 9: Porte populacional e participação partidário-eleitoral

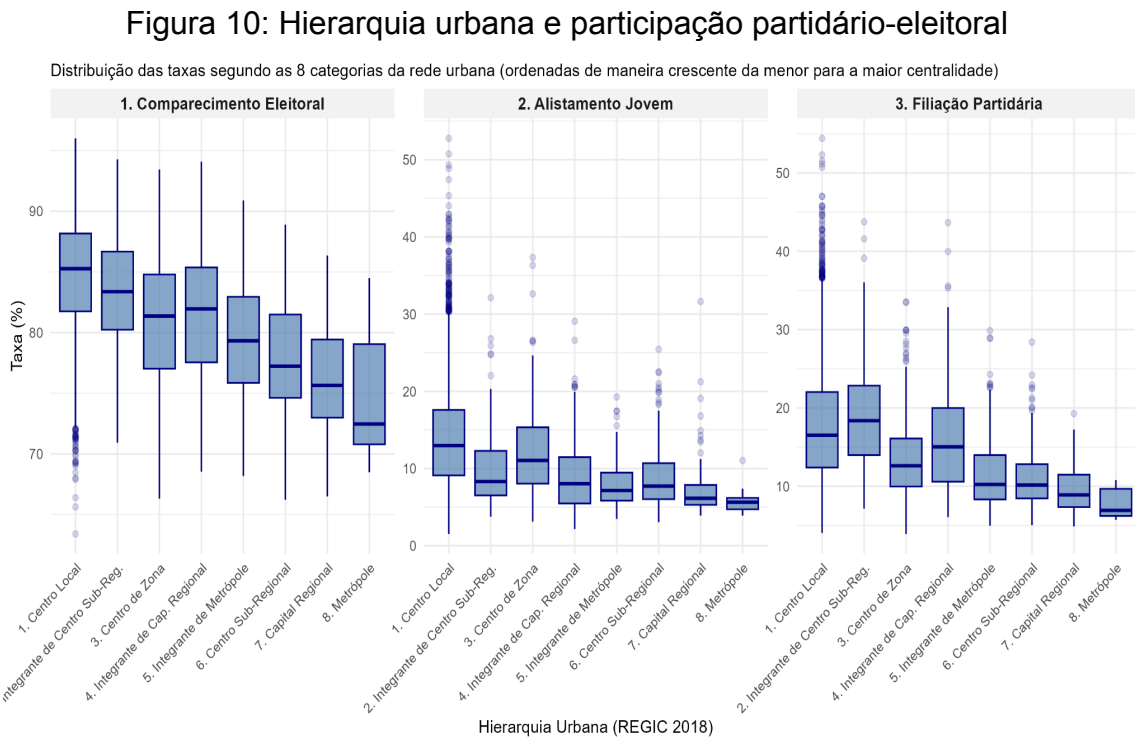


Elaboração: OPar com base nos dados do Censo 2022 (IBGE) e TSE (2024).

Os resultados mostram uma redução contínua da participação à medida que aumenta o número de habitantes dos municípios. No comparecimento eleitoral, a mediana diminui de 88,10% nos municípios com até 5 mil habitantes para 75,00% naqueles com mais de 500 mil. No alistamento jovem, a redução ocorre de 14,70% para 5,49%; na filiação partidária, de 24,30% para 7,40%.

Assim, as maiores medianas das três modalidades encontram-se na menor faixa populacional, enquanto os municípios com mais de 500 mil habitantes apresentam os menores níveis proporcionais de participação.

Além da proporção de população urbana e do porte populacional, a posição dos municípios na rede de cidades constitui um indicador de centralidade territorial e de influência regional. A Figura 10 mostra como as três modalidades de participação se distribuem pelas categorias da hierarquia urbana estabelecida pela REGIC 2018.



Elaboração: OPar com base nos dados do REGIC 2022 (IBGE) e TSE (2024).

A distribuição revela uma redução geral do engajamento à medida que os municípios ocupam posições superiores na hierarquia urbana. Os Centros Locais apresentam as maiores medianas: 85,30% de comparecimento eleitoral, 13,00% de alistamento jovem e 16,50% de filiação partidária. No extremo oposto, as Metrôpoles registram medianas de 72,50% de comparecimento, 5,64% de alistamento jovem e 6,92% de filiação. As categorias intermediárias acompanham, em termos gerais, esse padrão de redução conforme aumenta a centralidade urbana.

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

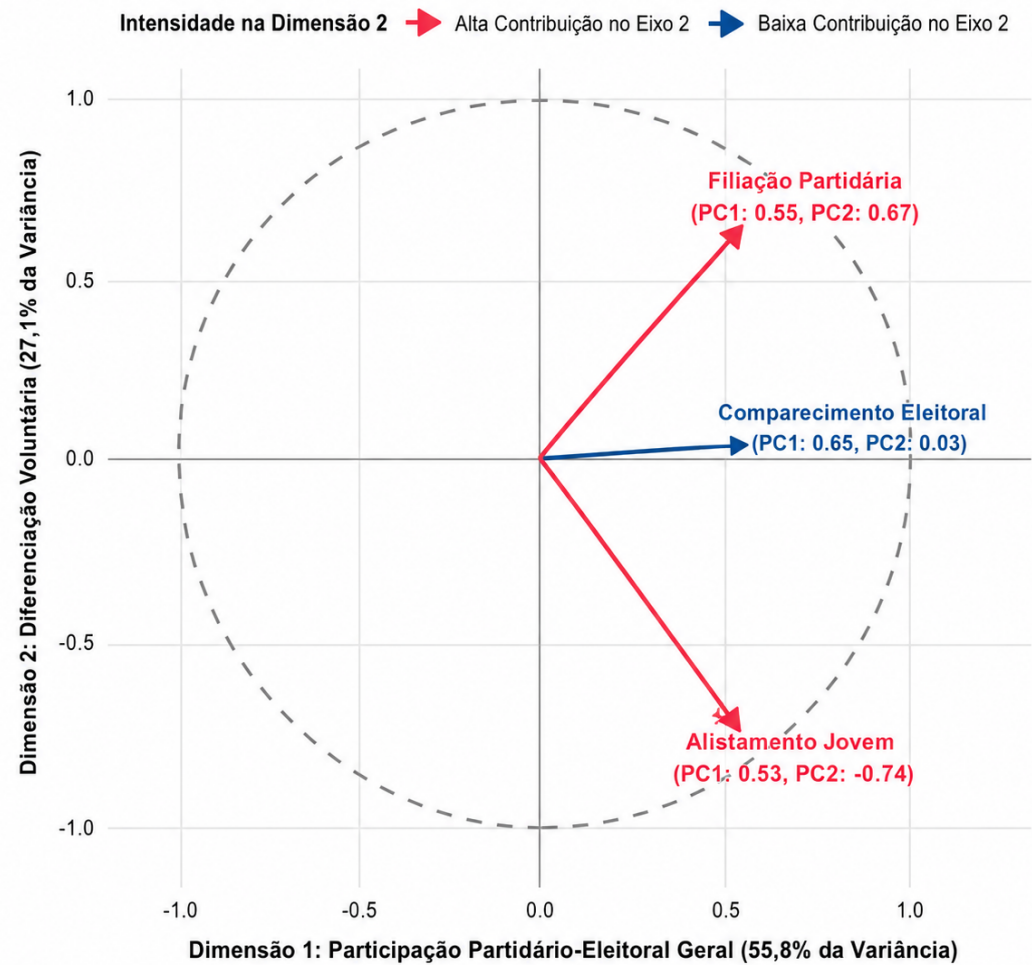
O que une e o que diferencia os municípios

A análise de componentes principais (Figura 5) identifica, simultaneamente, uma tendência comum de participação e uma dinâmica de diferenciação entre os municípios. A primeira dimensão estatística, responsável por 55,83% da variabilidade observada, mostra que comparecimento eleitoral, filiação partidária e alistamento jovem tendem a crescer conjuntamente. Em outras palavras, existe uma dimensão geral de engajamento partidário-eleitoral compartilhada pelas três variáveis.

A segunda dimensão, responsável por 27,09% da variação residual, revela, entretanto, que a filiação partidária e o alistamento jovem podem seguir direções opostas. Há municípios com elevada mobilização partidária de adultos, mas baixo alistamento de jovens, assim como municípios com juventude eleitoralmente mobilizada e reduzidas taxas de filiação. O comparecimento eleitoral praticamente não contribui para essa diferenciação, em razão de sua distribuição mais homogênea pelo território nacional. Assim, enquanto o voto constitui uma prática amplamente disseminada, a filiação e o alistamento jovem são as dimensões que mais distinguem os diferentes perfis municipais de participação.

Figura 5: Análise de Componentes Principais (PCA)

Voto e engajamento de massas (Dimensão 1: 55,8%) vs Escolhas voluntárias divergentes (Dimensão 2: 27,1%)



Elaboração: OPar com base nos dados do TSE (2024).

Preditores no modelo multinível

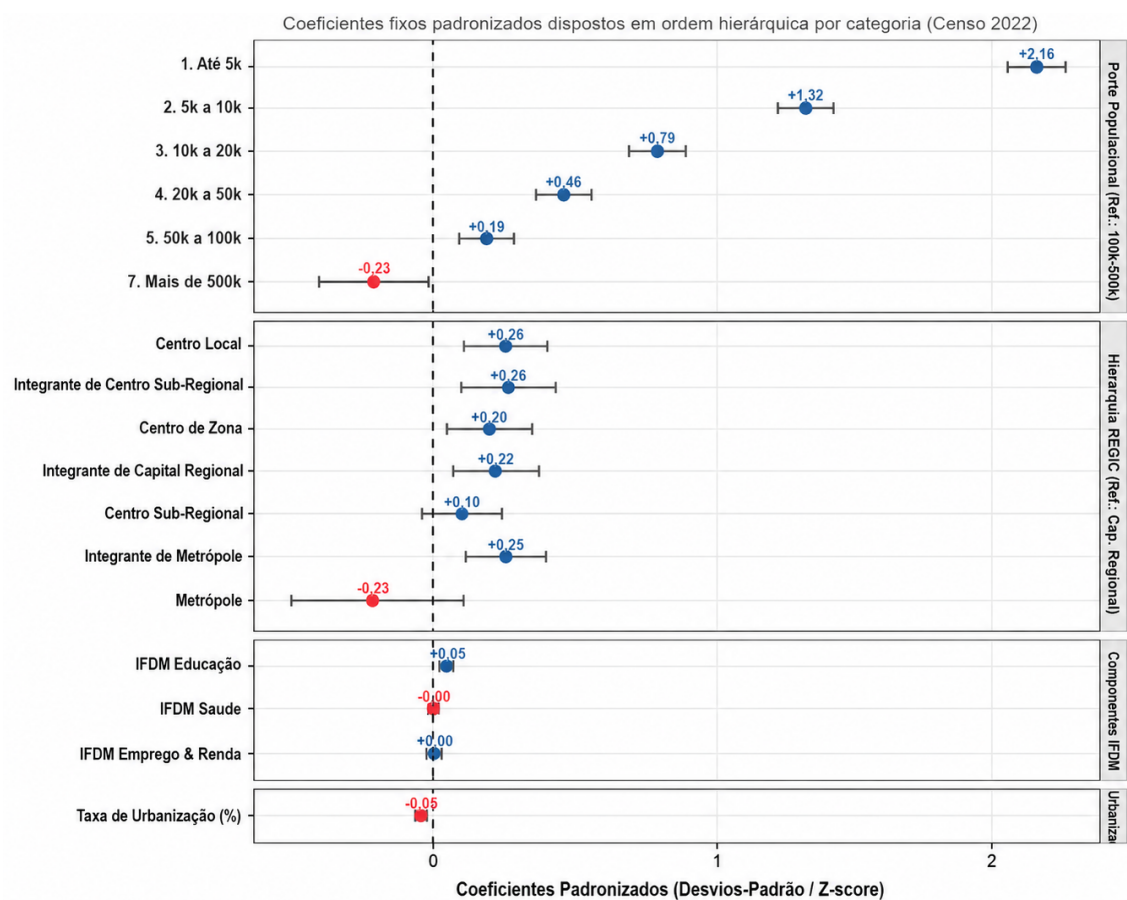
O modelo multinível apresentado na Figura 11 (que explica 73,09% da variação do IPar) confirma que o porte populacional constitui o principal preditor da participação partidário-eleitoral. Em comparação com municípios de 100 mil a 500 mil habitantes, cidades de até 5 mil apresentam acréscimo estimado de 32,15 pontos no índice; as faixas seguintes registram +19,60, +11,74, +6,79 e +2,80 pontos, enquanto municípios com mais de 500 mil habitantes apresentam redução de 3,46 pontos. Cada aumento de um ponto percentual na urbanização reduz o IPar em 0,04 ponto. Entre os componentes do IFDM, Educação apresenta efeito positivo e significativo (+4,65 pontos), enquanto Saúde (-0,75) e Emprego & Renda (-0,09) não são estatisticamente

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

significativos. Na REGIC, Centros Locais apresentam +3,22 pontos em relação às Capitais Regionais, ao passo que o efeito das Metrôpoles (-2,62) não é significativo.

Para facilitar a comparação entre preditores medidos em escalas distintas, a figura apresenta os coeficientes padronizados do modelo, expressos em desvios-padrão ou escores-z (z-scores). Os valores discutidos no texto, por sua vez, correspondem aos coeficientes não padronizados, expressos em pontos da escala de 0 a 100 do IPar. Portanto, os números apresentados na figura e na análise textual não constituem resultados divergentes, mas representam as mesmas associações em métricas diferentes: os coeficientes padronizados permitem comparar o peso relativo dos preditores, enquanto os não padronizados facilitam a interpretação substantiva de sua magnitude na pontuação do índice.

Figura 11: Efeitos fixos – Preditores da participação partidário-eleitoral em modelo multinível

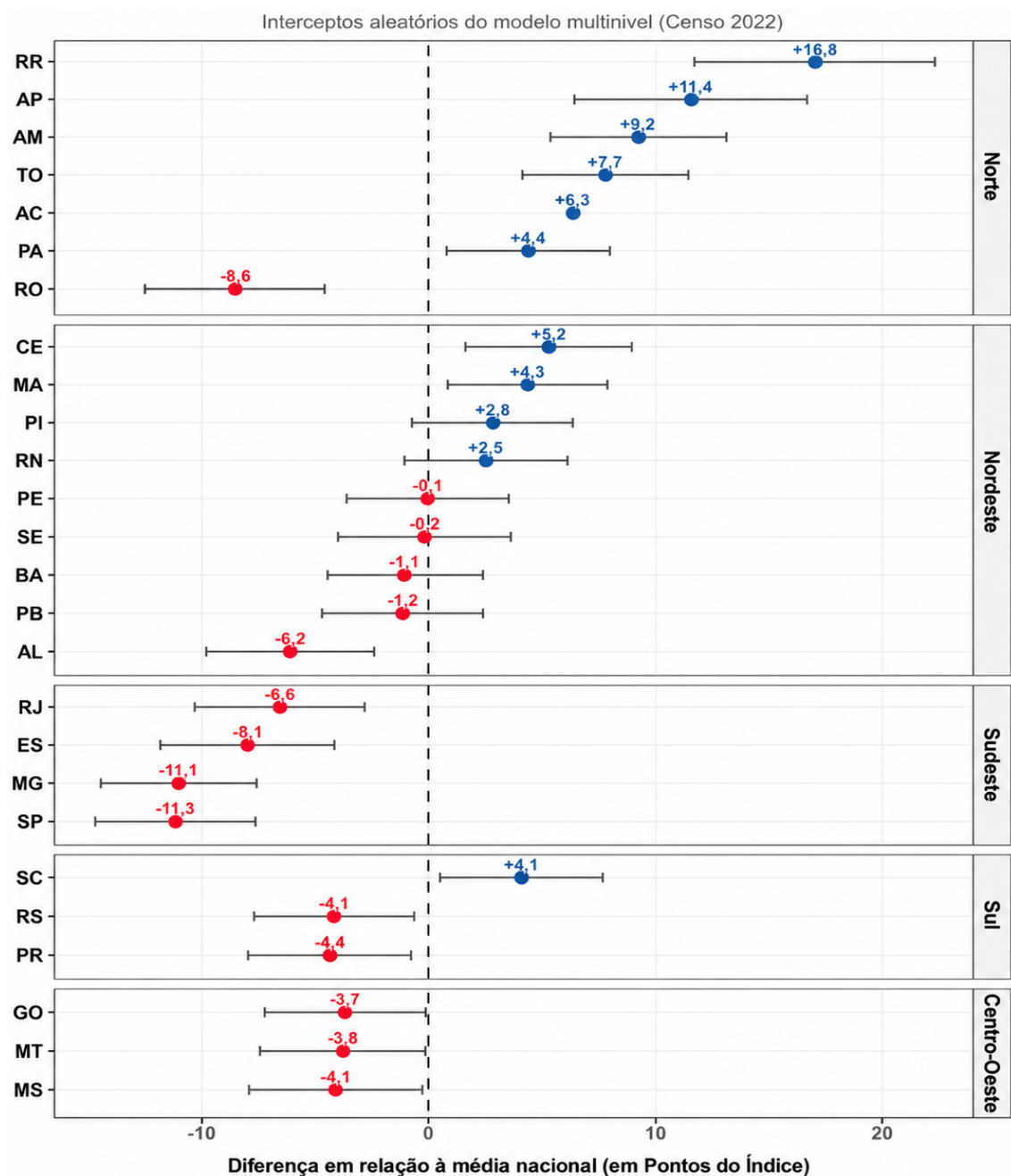


Elaboração: OPar com base nos dados do Censo 2022 (IBGE), REGIC 2018 (IBGE), IFDM 2022 (FIRJAN) e TSE (2024).

Efeito dos estados (UF)

Como mostra a Figura 12, os interceptos por Unidade da Federação indicam o quanto o nível esperado de participação partidário-eleitoral em cada estado se distancia da média nacional, depois de consideradas as características municipais incorporadas ao modelo. Valores positivos representam níveis superiores ao padrão nacional estimado, enquanto valores negativos indicam níveis inferiores. A distribuição desses desvios revela diferenças importantes entre as cinco regiões brasileiras.

Figura 12: Variação da participação partidário-eleitoral por estado (UF) e região



Elaboração: OPar com base nos dados do Censo 2022 (IBGE), REGIC 2018 (IBGE), IFDM 2022 (FIRJAN) e TSE (2024).

Primeiro, a Região Norte destaca-se como o bloco regional com os maiores desvios positivos do país, embora apresente uma configuração interna heterogênea. Roraima registra o maior distanciamento positivo de todo o território nacional, com 16,8 pontos acima da média esperada pelo modelo. Em seguida, aparecem Amapá, com 11,4 pontos; Amazonas, com 9,2; Tocantins,

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

com 7,7; Acre, com 6,3; e Pará, com 4,4. Rondônia constitui a única exceção negativa da região, com desvio de 8,6 pontos abaixo da média nacional.

A Região Nordeste apresenta uma clivagem interna mais acentuada. Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte registram desvios positivos de 5,2, 4,3, 2,8 e 2,5 pontos, respectivamente. Pernambuco, com -0,1 ponto, e Sergipe, com -0,2, situam-se praticamente no patamar de neutralidade, enquanto Bahia e Paraíba apresentam desvios negativos de 1,1 e 1,2 ponto. Alagoas registra o maior distanciamento negativo da região, com 6,2 pontos abaixo da média nacional.

O Sudeste apresenta o padrão regional mais consistentemente negativo: todos os seus estados registram níveis esperados de participação partidário-eleitoral inferiores à média nacional. São Paulo apresenta o maior distanciamento negativo da região e do país, com -11,3 pontos, seguido por Minas Gerais, com -11,1; Espírito Santo, com -8,1; e Rio de Janeiro, com -6,6. O resultado evidencia um padrão estadual homogêneo de menor participação partidário-eleitoral na região, embora a magnitude do desvio varie entre os quatro estados.

Na Região Sul, Santa Catarina distingue-se por apresentar associação positiva, situando-se 4,1 pontos acima da média nacional esperada. Rio Grande do Sul e Paraná, em contraste, registram desvios negativos de 4,1 e 4,4 pontos, respectivamente. A região não apresenta, portanto, um comportamento estadual uniforme, pois combina o desempenho positivo de Santa Catarina com níveis inferiores à média nos outros dois estados.

Na Região Centro-Oeste, os três estados apresentam um padrão homogêneo de desvios negativos. Goiás situa-se 3,7 pontos abaixo da média nacional, Mato Grosso, 3,8 pontos, e Mato Grosso do Sul, 4,1 pontos. Embora menos intensos do que os observados no Sudeste, esses resultados indicam que todos os estados da região apresentam níveis esperados de participação partidário-eleitoral inferiores ao padrão nacional.

Em conjunto, os resultados mostram que o Norte concentra os maiores efeitos estaduais positivos, apesar da exceção representada por Rondônia, enquanto o Sudeste e o Centro-Oeste apresentam padrões

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

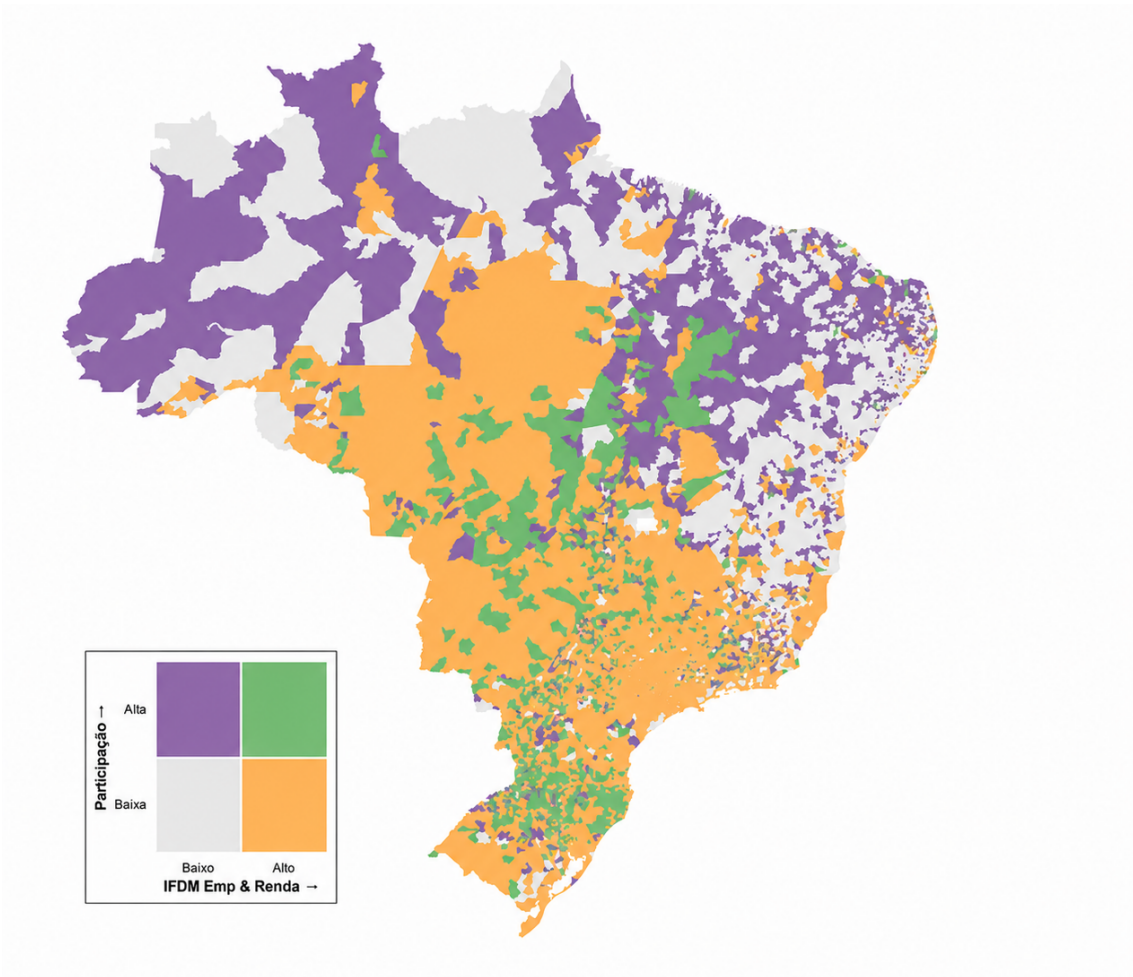
predominantemente negativos. Nordeste e Sul exibem maior heterogeneidade interna, combinando estados situados acima, próximos e abaixo da média nacional. Essas diferenças estaduais complementam os resultados relativos às características municipais e mostram que a participação partidário-eleitoral também varia de acordo com contextos territoriais mais amplos. A seção seguinte aprofunda essa dimensão por meio da análise descritiva da distribuição espacial do índice.

Análise descritiva do índice pelo território

A distribuição territorial do IPar Municípios – Partidário-Eleitoral, como mostrado nas figuras 12 e 13, evidencia uma relação predominantemente inversa entre a participação partidário-eleitoral agregada, de um lado, e o IFDM Emprego e Renda e a taxa de urbanização, de outro, embora esses padrões apresentem diferenças regionais. Municípios de menor emprego e renda e menor urbanização, concentrados sobretudo no Nordeste, no Norte e na porção norte de Minas Gerais, tendem a registrar pontuações mais elevadas no índice. Em contrapartida, os grandes polos urbanos e as áreas mais ricas do país, localizados especialmente no Sul, no Centro-Oeste e no estado de São Paulo, apresentam níveis agregados mais baixos de participação partidário-eleitoral.

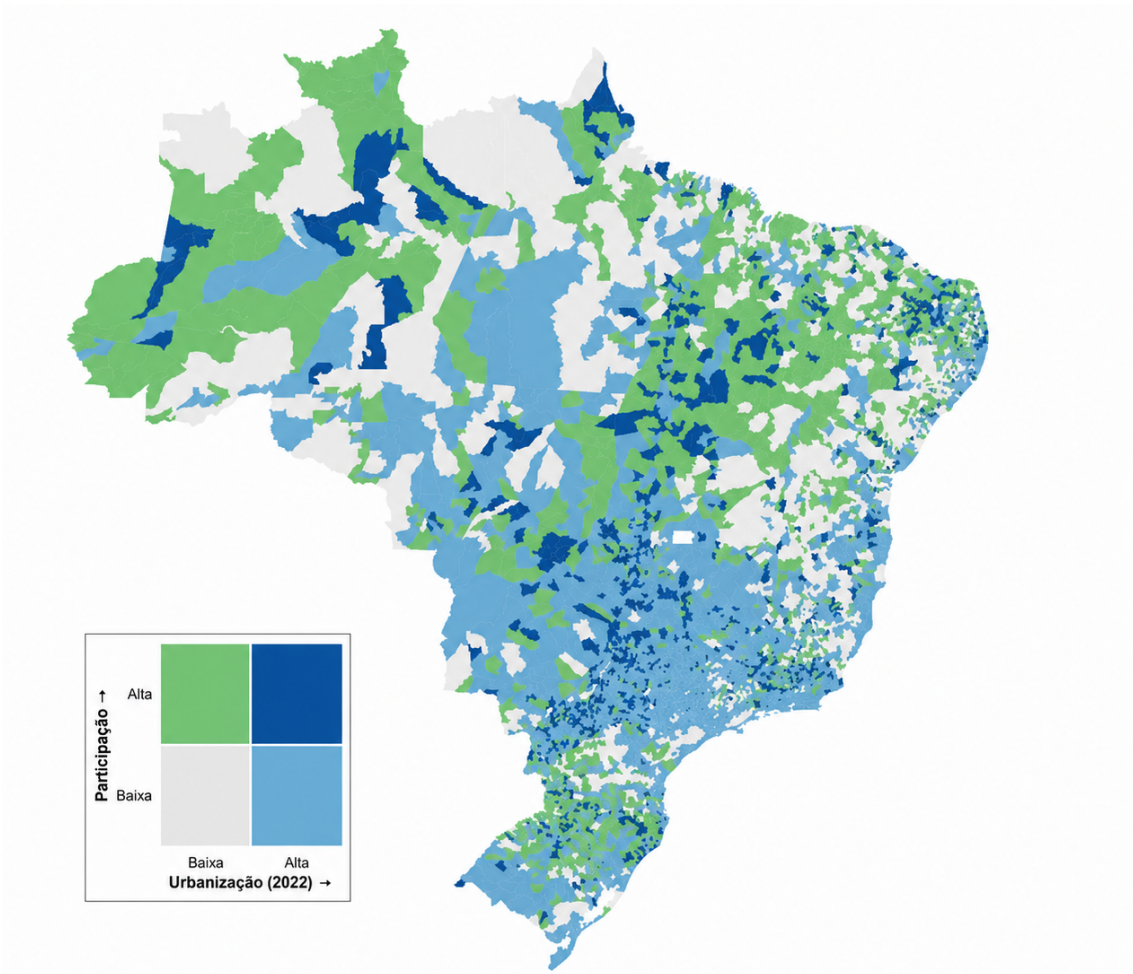
Esse resultado deve ser interpretado como um padrão referente ao IPar agregado, e não como a indicação de que todas as suas dimensões necessariamente diminuem com o desenvolvimento econômico.

Figura 12: IFDM Emprego e Renda e participação partidário-eleitoral –
distribuição no território



Elaboração: OPar com base nos dados do TSE (2024) e IFDM 2022 (FIRJAN).

Figura 13: Urbanização e participação partidário-eleitoral – distribuição no território



Elaboração: OPar com base nos dados do Censo 2022 (IBGE) e TSE (2024).

Como demonstrado pela análise desagregada, a filiação partidária cresce com o IFDM Emprego e Renda, enquanto o comparecimento e o alistamento jovem apresentam comportamento inverso. A urbanização, por sua vez, apresenta comportamento inverso com as três modalidades. Municípios mais urbanizados tendem a registrar proporcionalmente menos comparecimento eleitoral, alistamento jovem e filiação partidária.

Considerações finais

Esta Nota Técnica apresentou os principais resultados do IPar Municípios – Partidário-Eleitoral para o ano de 2024. Ao adotar o município como unidade de análise e combinar comparecimento eleitoral, filiação partidária e alistamento não obrigatório de jovens de 16 e 17 anos, o estudo

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

oferece um diagnóstico comparável pelos municípios de uma dimensão específica da participação política: a vinculação dos cidadãos às instituições eleitorais e partidárias.

Em síntese, os resultados mostram que o comparecimento eleitoral constitui uma prática amplamente consolidada, enquanto a filiação partidária e o alistamento jovem operam em patamares mais baixos e apresentam maior variação entre os municípios. Embora as três modalidades estejam positivamente associadas e componham uma dimensão geral de engajamento partidário-eleitoral, elas não se comportam de maneira uniforme. A filiação partidária e o alistamento jovem, em particular, podem seguir dinâmicas locais distintas.

As características dos municípios também se associam de maneiras distintas às modalidades de participação. O comparecimento eleitoral e o alistamento jovem tendem a diminuir à medida que aumenta o nível de desenvolvimento municipal, enquanto a filiação partidária apresenta tendência inversa, sendo mais elevada nos municípios com maiores níveis de desenvolvimento.

Urbanização, porte populacional e centralidade urbana, por sua vez, apresentam relações predominantemente negativas com as três variáveis da participação partidário-eleitoral que integram o Índice (IPar). No modelo multinível, o porte populacional constitui o preditor de maior magnitude e a taxa de urbanização mantém associação negativa com o IPar. Entre os componentes do IFDM, apenas Educação apresenta associação positiva e estatisticamente significativa após o controle das demais características municipais e das diferenças estaduais.

No plano territorial, o índice tende a alcançar níveis mais elevados em municípios pequenos, menos urbanizados e situados em posições inferiores da hierarquia urbana. Os efeitos estaduais acrescentam, entretanto, diferenças que não podem ser reduzidas às características municipais. O Norte concentra os maiores desvios positivos, apesar da exceção de Rondônia, enquanto o Sudeste e o Centro-Oeste apresentam padrões predominantemente negativos. Nordeste e Sul, por sua vez, revelam maior heterogeneidade interna. Esses resultados indicam que a participação partidário-eleitoral é condicionada tanto

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

por características locais quanto por contextos territoriais e estaduais mais amplos.

As possíveis hipóteses para se entender os resultados recebem atenção nas conclusões do relatório “O estado da participação partidário-eleitoral nos municípios brasileiros”. Ademais, é possível comparar as posições relativas dos municípios no índice e nas diferentes variáveis aqui exploradas no [hotsite IPar Eleitoral](#). Informações metodológicas sintéticas encerram esta Nota Técnica, mas seu detalhamento é passível de consulta no relatório.

O IPar Partidário-Eleitoral deve ser compreendido como uma ferramenta de diagnóstico e comparação, voltada a uma dimensão específica da participação política, e não como uma medida abrangente da participação ou da qualidade democrática dos municípios. Os resultados descrevem associações observadas em 2024 e oferecem uma linha de base para a formulação de hipóteses e para o acompanhamento de novos ciclos eleitorais.

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

Desenho metodológico

Como mencionado anteriormente, o índice combina três variáveis municipais distintas, cada qual com um peso específico:

Variável	Peso no índice
Comparecimento eleitoral	41,93%
Filiação partidária	30,27%
Alistamento jovem	27,81%

Os pesos das variáveis não foram definidos a partir de critérios normativos, mas resultaram da Análise de Componentes Principais (PCA), que identificou como elas variam juntos no território nacional. A primeira componente apresentou cargas positivas para todos os indicadores e explicou 55,83% da variabilidade total, justificando sua interpretação como dimensão geral de engajamento partidário-eleitoral. Os pesos finais refletem a contribuição relativa de cada indicador para essa dimensão comum.

A pontuação de cada município foi convertida para uma escala de 0 a 1, na qual valores próximos de 0 indicam menor participação e valores próximos de 1, maior participação.

Fontes e unidade de análise

A unidade de análise utilizada no índice corresponde ao município brasileiro. As taxas de comparecimento, filiação partidária e alistamento eleitoral foram calculadas com dados administrativos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes a 2024. Para o alistamento não obrigatório, a população municipal de 16 e 17 anos foi estimada mediante projeção dos dados demográficos do Censo de 2022.

Para analisar a relação entre o índice e as características dos municípios, foram considerados o IFDM Geral 2022 e seus componentes, a taxa de urbanização, as sete faixas de porte populacional definidas pelo IBGE

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

e a hierarquia urbana da REGIC 2018. Essas variáveis permitem examinar em que medida características demográficas, socioeconômicas e territoriais dos municípios estão associadas aos diferentes níveis de participação partidário-eleitoral. Os dados populacionais e de urbanização foram obtidos no Censo Demográfico de 2022 e o porte populacional foi organizado segundo as sete faixas oficiais do IBGE.

Estratégias analíticas

- Estatística descritiva e histogramas para caracterizar a distribuição das três variáveis que compõem o IPar Partidário-eleitoral;
- Matriz de correlações para avaliar a variação conjunta das três variáveis;
- PCA para identificar a dimensão comum e estimar os pesos das variáveis que compõe o índice;
- Gráficos de dispersão e boxplots para examinar associações bivariadas;
- Mapas coropléticos bivariados para representar a geografia da participação;
- Modelo linear multinível para estimar associações municipais, controlando a estrutura de municípios agrupados em estados (UFs).

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

Ficha técnica

Equipe OPar:

Adrian Gurza Lavallo - Coordenador
 Carla Cecília Rodrigues Almeida - Coordenadora
 Lizandra Serafim - Coordenadora
 Camila Oliveira Santana - Bolsista DTI - C (CNPq)
 Carlos H. Filgueiras - Pesquisador no LEPP/UFS
 Inácio de Paula e Silva - Bolsista DTI - C (CNPq)
 Laura Pimentel Barbosa - Gestão de projetos
 Mateus Camillo - Coordenador de Comunicação
 Maira Rodrigues - Doutora em Ciência Política pela USP
 Rodrigo Martins - Cientista de Dados/Especialista visitante-CNPq

Relatório IPar Municípios – Partidário-Eleitoral:

Adrian Gurza Lavallo - desenho, redação
 Carla Cecília Rodrigues Almeida - desenho, redação
 Inácio de Paula e Silva - desenho, redação
 Lizandra Serafim - desenho, redação
 Rodrigo Martins - desenho, análise de dados, redação
 Rony Coelho - desenho, redação

Comitê Gestor do INCT Participa:

Adrian Gurza Lavallo (NDAC/USP) - Coordenador
 Marcelo Kunrath Silva (GPAC/UFRGS) - Vice-Coordenador
 Carla Almeida (SociDem/UEM)
 Carla Gandini Giani Martelli (GEPPADE/Unesp)
 Eduardo Georjão (Resocie/UnB)
 Euzeneia Carlos (NUPAD/UFES)
 José Szwako (NDAC/UERJ)
 Lizandra Serafim (NPPD/UFPB)

NT 01	IPar - Índice da Participação Partidário-Eleitoral nos Municípios Brasileiros	8 de set. de 2026
-------	---	-------------------

Matheus Mazzilli Pereira (GPACE/UFRGS)

Monika Dowbor (NDAC/UFRGS)

Assessoramento externo

Clovis Henrique Leite de Souza - professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)

Roberto Rocha Pires - pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Silvia Cervellini - cofundadora e diretora do Delibera Brasil

Uvanderson Vitor da Silva - coordenador de programas na Fundação Tide Setubal